

Cronologia

# Portugal

Nova Fase de  
Divergência

# Sec. XIX

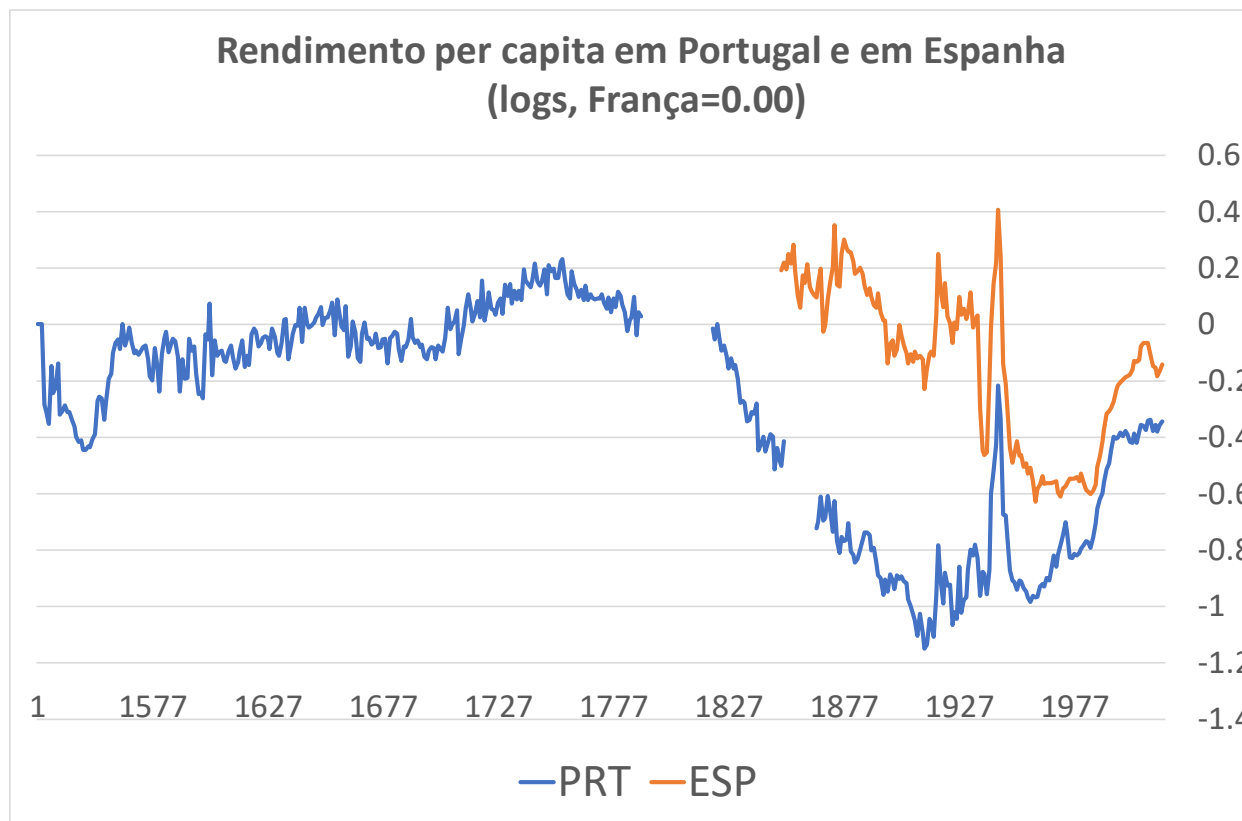
PIB per capita em Portugal, Estados Unidos e 12 Países da Europa Ocidental, milhões de dólares internacionais de Geary-Khamis, preços de 1990

	1500	1600	1700	1820	1910	1925	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Portugal	606	740	819	923	1228	1446	1615	2086	2956	5473	8044	10826	14022
<i>Taxa média de crescimento</i>		0.2	0.1	0.1	0.3	1.1	0.7	2.6	3.5	6.4	3.9	3.0	2.6
Estados Unidos da América	400	400	527	1257	4964	6282	7010	9561	11328	15030	18577	23201	28129
<i>Taxa média de crescimento</i>		0.0	0.3	0.7	1.5	1.6	0.7	3.2	1.7	2.9	2.1	2.2	1.9
12 Países da Europa Ocidental	798	908	1033	1245	3380	3951	4984	5018	7607	10959	14057	16872	19806
<i>Taxa média de crescimento</i>		0.1	0.1	0.2	1.1	1.0	1.6	0.1	4.2	3.7	2.5	1.8	1.6
Memo:													
Portugal/ 12 PEO	75.9	81.5	79.3	74.1	36.3	36.6	32.4	41.6	38.9	49.9	57.2	64.2	70.8
Portugal / EUA	151.5	185.0	155.4	73.4	24.7	23.0	23.0	21.8	26.1	36.4	43.3	46.7	49.9

- Entre 1500 e 1820: entre 75% e 80% dos 12 WEC
- Século XIX e 1º metade do século XX: divergência.
- Segunda metade do século XX: aproximação.

Na Viragem do milénio, o PIB per capita de Portugal relativo aos 12 WEC estava quase ao nível de 1820.

# PIB per capita, 1-2016 (França=0.00)



<https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>

# Conflitos militares (1793-1811)

- 1793-95: Campanha do Rossilhão
- 1801: Guerra das Laranjas
- 1807: França ocupa Portugal e a família real foge para o Brasil
- 1807: Inglaterra ocupa a Madeira
- 1811: Os britânicos ajudam Portugal a expulsar os franceses
- 1811: Concelho de Regência de Lisboa

# Independência do Brasil

- $\frac{3}{4}$  do comércio externo português entre 1796-1806
- Reexportações para o Brasil=60%-80% das exportações portuguesas
- 1808: Revogação do Pacto Colonial no Brasil
  - Abertura dos portos brasileiros às nações aliadas
- 1810 - Tratado de Comércio e Navegação
  - Liberdade de importação de Inglaterra, com tarifa de 15%
  - Abriu à Inglaterra o comércio com o Brasil
  - Podia ser revisto ao fim de 15 anos
- 1815: Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves
- 1822: Independência do Brasil
  - Portugal perde posição de intermediário
  - Desafio fiscal
  - Choque para o sector terciário que se tinha desenvolvido no final do sec XVIII

# Regresso dos problemas orçamentais

(Monarquia absoluta de D. Maria I)

- Despesas militares (2/3 do orçamento)
- 1793-95: Campanha do Rossilhão
  - Portugal e Espanha derrotados pela França Revolucionária
- 1801: Guerra das Laranjas
  - Espanha invade Olivença
- Inovações fiscais
  - 1797: imposto de selo
  - 1801: Imposto sobre rendas de casa, criados e cavalgaduras
  - Insuficiente
- Monetização
  - Falta de metal para amoeção
  - Emissão de papel moeda, pela primeira vez
  - Inflação

# Papel-Moeda (1796-1834)

1761 – Casa dos Contos do Reino substituída pelo Erário Régio

- Centralização da contabilidade pública (todas as receitas e despesas deveriam passar por esta conta única to Tesouro)

1793-95 – Guerra do Rossilhão

1796-1797 – Apólices do Real Erário

- Juro de 5% , podiam ser endossadas

1797 – Equiparadas a papel-moeda (fim do Bimetalismo)

- Curso legal, embora não convertíveis
- Começaram a circular a desconto face às moedas de ouro e prata
- Entesouramento de moeda metálica (Lei de Gresham)

1801 e 1805: Novas emissões (D. João VI)

- A de 1805 não tem juro (contrapartida do curso legal)
- Total: 30% da massa monetária (17 mil contos)

1807: Abolição do papel moeda pelo comando francês seguida de legalização

1821 – Criação do Banco de Lisboa

- Banco privado com poder de emissão de notas convertíveis
- Criado para emprestar ao Estado os recursos para a recompra do papel-moeda, o que não aconteceu
- O Banco de Lisboa aplicou em dívida pública a maior parte dos seus recursos

1834 – Apólices são aceites ao par para pagamento na venda de bens nacionalizados em 1821 e 1832

1835 – Apólices perdem o curso legal e são resgatadas a desconto com recurso a crédito externo (4100 contos)

<https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>



# Dívida pública externa (1815- 1825)

1815 - Dívida pública externa eliminada  
(indenização de guerra)

1817 – Problemas orçamentais

- Soldos do exército com 6 meses de atraso
- Juros com 5 e 4 anos de atraso

1825 – Brasil assume a dívida externa  
portuguesa

# Revolução de 1820

1820: Golpe de Estado

- Derruba o Concelho de Regência, Constituição de um governo interino (Junta)
- Junta do Governo de Lisboa convoca as cortes
- Sufrágio indireto: Homens adultos reúnem-se nas freguesias, para eleger delegados às assembleias de comarca, que finalmente escolhem os 100 deputados de Portugal

1821: Cortes (Câmara dos Deputados)

- Elegem uma regência para substituir a Junta de Governo
- Extinguem a inquisição
- Instituem a liberdade de imprensa e a liberdade religiosa

1822: Constituição de 1822

- Igualdade dos indivíduos perante a Lei
- Propriedade privada direito sagrado e inviolável
- Separação de poderes
- O Rei não tem direito de veto nem pode dissolver as cortes

1822: D. João VI aceita a **Constituição Liberal de 1822** que emergira de Cortes eleitas

1822-23: Curta experiência liberal

1823 – 1826 Governo Joanino (absolutismo moderado)

- D. Miguel lidera uma reação contra a constituição.
- D. João VI abandona as cortes e o regime liberal cai, mas D. Miguel é exiliado.

# Constituição de 1822

- **Princípios**
  - Igualdade dos indivíduos perante a Lei
  - Substituição de uma economia senhorial por um modelo baseado na relação entre o Estado e os Cidadãos
  - Desaparecem diferenças jurídicas entre ordens sociais
    - Títulos de nobreza meramente honoríficos
  - Propriedade privada direito sagrado e inviolável
- **Instituições políticas**
  - Câmara de Deputados tem o poder legislativo
  - Ausência de uma câmara alta
  - O rei designa ministros e detém o poder executivo
  - Os tribunais, com juízes nomeados pelo executivo, detém o poder judicial (jurados eleitos)
  - O Rei não tem direito de veto (apenas suspensivo)
  - O Rei não pode dissolver as cortes
- **Anos seguintes: Poder do Rei vs. Parlamento**
  - Conflito entre conservadores e revolucionários mais radicais
  - Carta Constitucional vs. Constituições de 1822 e Setembrista
  - 1836 Abolição da escravatura em todo o império colonial

# 1820-1850 – Instabilidade política

- 1826: **Carta Constitucional** (segundo período liberal)
  - Morre D. João VI e D. Pedro abdica em favor da filha, D. Maria II, de 7 anos, que casaria com o tio, D. Miguel
  - D. Pedro prepara a Carta Constitucional:
    - Segunda Câmara para a nobreza (Câmara dos Pares, nomeação régia)
    - O Rei pode nomear o governo sem interferência do parlamento
    - O Rei tem direito de veto sobre a legislação do parlamento.
- 1828 – 1834: Miguelismo (+ Regência de D. Pedro)
  - D. Miguel é nomeado regente, mas proclama-se rei, e dissolve a Câmara dos Deputados
  - Guerra Civil
  - Em 1834 D. Miguel é derrotado e D. Maria é aceite como rainha
- 1834-1836: Segundo cartismo (governo conservador)
  - A Carta Constitucional é jurada, mas durou apenas dois anos
- 1836: Revolução de Setembro
  - Esquerda “progressista” com ligações à Maçonaria
  - Pretende-se retornar à Constituição de 1822.
  - Princípio da soberania popular
  - Surge a **Constituição Setembrista de 1838**, adaptada da de 1822
  - Segunda Câmara (Senado eleito)
- 1842: Costa Cabral lidera golpe “Conservador” c/apoio da Rainha
  - Retorno à **Carta Constitucional de 1826**
- 1846-47: Revolta da Maria da Fonte, Guerra civil da Patuleia
- 1851: Golpe militar: Regeneração. Fim do período de guerras civis.

# Organização da propriedade (1821, 1832, 1834)

Libertação da terra das sujeições senhoriais

Câmara de Deputados:

- 1821: Redução para metade dos direitos de foral
- 1821: Abolição de serviços pessoais e banalidades
- 1821: Início da nacionalização dos bens da Coroa
  - Problemas de definição: todos os bens doados pela coroa desde quando? Reconquista?
  - Comendas seriam um bem a nacionalizar? Litigância.

... 1823-32: interrupção

Mouzinho da Silveira

- 1832: Extinção da dízima paga à igreja
  - Igreja passa a financiar-se com doações
- 1832: Extinção dos bens da Coroa
  - Revogação das doações de bens da Coroa
- 1832: Extinção das Comendas e Forais
- 1832: Abolição dos morgados e capelas de rendimentos até 200 mil reis

Joaquim António de Aguiar (“Mata Frades”)

- 1834: Extinção das ordens religiosas
  - Nacionalização das suas propriedades (conventos, mosteiros, colégios, hospícios)

Silva Carvalho:

- 1834: Leilão de Bens nacionalizadas em 1821, 1832 e 1834.
  - Pretendia-se a criação de um mercado imobiliário
  - Apólices usadas para pagamento, ao par
  - Receitas parcas, concentração da propriedade nas mãos de poucos, em Lisboa

Regeneração:

- 1861 – Extinção dos restantes Morgados e Capela

# Regime de propriedade

- As instituições do Antigo regime limitaram a utilização da terra arável
- A destruição dessas instituições e a sua substituição pelas instituições liberais foi essencial para permitir o investimento no sector
- Mas a litigância atrasou a clarificação dos direitos de propriedade
- Efeitos mais visíveis na segunda metade do século
  - 1867: 45% da terra arável ociosa
  - 1902: 17%
- Só nos anos 1930 o processo de clarificação ficou concluído
- O atraso na clarificação dos direitos de propriedade foi uma das razões do atraso económico português.

# Mouzinho da Silveira (1832)

Admirador de Adam Smith  
Defendia abolição dos monopólios e os privilégios senhoriais e o livre cambio

1823- Ministro da Fazenda por 15 dias  
Deposto, preso e condecorado

1832: Ministro da Fazenda de D. Pedro IV por 9 meses  
Legisla na Ilha Terceira e durante o cerco do Porto.  
Pede demissão no final de 1832, criticado como radical

Os seus decretos constituíram o fundamento doutrinário da Revolução Liberal e o modelo da organização **judicial, administrativa e fiscal** da sociedade portuguesa

Três princípios liberais:

- Inviolabilidade da propriedade privada
- Liberdade pessoal
- Libertação da terra das sujeições senhoriais

Todos os princípios e normas legislados por Mouzinho da Silveira se encontram hoje consagrados na atual Constituição.

# Administração e justiça (1832-1842)

- **Antigo Regime**
  - Representação administrativa no município exercida por um juiz de fora
  - Magistrado judicial com competências administrativas
  - Lógica de centralização do poder régio
- **1832: Mouzinho da Silveira**
  - **Separação da Administração e da Justiça**
    - Fundação do Supremo Tribunal de Justiça
    - Estruturação do Ministério Público
  - **Divisão judicial do reino em comarcas**
    - O provedor, delegado do governo central, faz o elo entre o governo central e o governo local.
    - Atos de registo civil, funções policiais, manutenção da ordem pública.
  - **Divisão administrativa do território em províncias, comarcas e concelhos**
    - Câmara Municipal mantém-se como órgão de administração municipal, com um presidente e com vereadores eleitos localmente.
- **1835: Reforma Administrativa**
  - Distritos (Governador Civil, nomeado pelo Rei, é o chefe da administração distrital)
  - Concelhos (Administrador nomeado pelo Governo)
  - Freguesias (Comissário escolhido pelo Administrador do Concelho)
- **1841: Reforma Judiciária (Costa Cabral)**
- **1842: Primeiro Código Administrativo (Costa Cabral)**
  - Distritos e concelhos (desaparece a freguesia)
  - Consolida o Estado, assente numa burocracia mais complexa

# Instituições orçamentais (de jure)

- Carta Constitucional de 1826
  - Vigorou 72/81 anos, até ao final da Monarquia
  - Igualdade perante a Lei Tributária
  - Competência das Cortes
    - Governo submete anualmente às Cortes a Lei Fiscal para o ano seguinte
    - Competência exclusiva das Cortes para fixar despesa pública
    - Cortes fiscalizam a execução do orçamento e administração dos bens do Estado
    - Cortes autorizam o governo em operações de serviço da dívida
  - Administração da Fazenda
    - Rei, Ministro da Fazenda, Tribunal do Tesouro Público
    - Tribunal do Tesouro Público (1832), que substituíra o Erário Régio, deveria avaliar a conformidade da execução orçamental.

## DE facto

- Em apenas 42/85 anos até 1913-14 a lei fiscal foi aprovada
- Nos demais casos, os governos recorreram a orçamentos de “ditadura”, promulgados por decreto
- O Tribunal do Tesouro Público foi extinto em 1836, retomado em 1844 (Costa Cabral). Apenas começou a exarar declarações de conformidade a partir de 1876

O parlamento não teve capacidade/disponibilidade para a fiscalização política das contas públicas

Os governos manipularam a contabilidade orçamental

Má distribuição dos impostos pelas classes de rendimento

- Interesses políticos favoreceram a tributação indireta, evitando um imposto sobre o rendimento

# Inovações fiscais

- Mouzinho da Silveira (1832)
  - Extinção das Sisas gerais
    - Receita camarária, que penalizavam as transações
    - Exceto nas transações de imóveis
  - Reforço da décima militar paga ao Estado
  - Extinção de portagens sobre circulação interna de mercadorias

# Crise de Dívida de 1837

Silva Carvalho

Ministro da Fazenda três vezes  
entre 1834 e 1836

1828-34 - Dívida externa da Guerra Civil

- D. Miguel 6500 contos
- D. Pedro 19000 contos

1834 - Leilão de bens nacionais

1836 – 4100 contos para resgatar o papel moeda

1836 – Conversão, para reduzir juros

- Troca de títulos de 5% e 6% por títulos de 3% e 4%
- Recurso a novo crédito externo

(aumento dos impostos arriscaria uma nova guerra civil)

1836 – Revolução de Setembro

1837 – Suspensão de pagamentos

# 1847 – Crise de dívida

## 1846 – Governo “progressista” (6 meses)

- Duque de Palmela (1846)
- Diminuição de salários da função pública
- Abolição da contribuição direta de repartição ( colapso da Companhia de Obras Públicas)
- Em 1846 não se conseguem arrecadar impostos diretos

## 1846 - Guerra civil da Patuleia (conservadores contra progressistas)

## 1847 – Quadrupla Aliança

- Espanha, Inglaterra e França
- Vitória Conservadora

## 1847- Suspensão de pagamentos

# Sistema financeiro (1821-44)

1821 – Banco de Lisboa

- Banco privado com poder de emitir **notas convertíveis**
- Notas do B. Lisboa podiam ser usadas para pagar impostos
- Banco de Lisboa aplicou em dívida pública a maior parte dos seus recursos

1835 – Banco Comercial do Porto

- Banco privado com poder de emitir notas convertíveis
- Não aceites para pagamento ao estado
- Nesta altura os depósitos bancários são negligenciáveis

1838-44: Sociedades Financeiras (Companhias)

- Intermediários no financiamento ao Estado
- Emissão de notas promissórias (dívida) e compra de dívida pública
- Uma Companhia financeira foi criada pela Companhia do Tabaco para colocar um empréstimo estatal que tinha adquirido como contrapartida do monopólio

1844: Outras entidades financeiras

- Caixas económicas (Montepio Geral)
- Banqueiros em nome individual

# Crise de 1846- Banco de Portugal

1846-47: Guerra Civil da Patuleia

1846 – Crise monetária

- Decretada **inconvertibilidade** das notas do Banco de Lisboa
- Decretado **curso forçado** (ao par) das notas do Banco de Lisboa
- Entesouramento da moeda metálica

1846: Criação do Banco de Portugal (ratific. Em 1850)

- Fusão entre o B. Lisboa e a Companhia Confiança Nacional
- Banco de Portugal pode emitir notas **convertíveis**
- Banco de Portugal concede ao Estado empréstimos em forma de notas do Banco de Lisboa para financiar a guerra da Patuleia
- O Banco de Portugal passa a ser um subscritor importante na dívida pública

• Caos na circulação monetária

- Moedas de ouro e prata, portuguesas e estrangeiras
- Notas convertíveis do B. Portugal e do B. C Porto
- Notas inconvertíveis do B. Lisboa (depreciadas)

1847: fim do curso legal (ao par) das notas do Banco de Lisboa

- Sua progressiva amortização

1850: Monopólio de emissão de notas concedido ao Banco de Portugal

# Regresso do proteccionismo

- 1810 - Tratado de Comércio e Navegação
  - Liberdade de importação de Inglaterra, com tarifa de 15%
- 1821 – Nova pauta aduaneira
  - Proibição de importações, direitos alfandegários elevados
  - Sobretudo no sector primário, já que no secundário vigorava ainda o Tratado Comercial
- 1832-36
  - Abertura temporária ao comércio com Mouzinho da Silveira, em período de instabilidade
  - Liberdade de exportação com imposto único de 1%
  - Fim do monopólio de exortação de Vinho do Porto
- 1837-1847 – Regresso do proteccionismo e do nacionalismo económico
  - 1837 - Pauta aduaneira sobe 30% em média (receitas fiscais)
  - 1841 – Revisão da pauta
  - 1847 direitos adicionais

# Comércio Internacional

- O século XIX marca um período de abertura relativa ao comércio por parte das economias desenvolvidas
- Portugal manteve-se ao longo do século um país fortemente protecionista
  - Um dos mais protecionistas da Europa
  - Direitos nunca inferiores a 20%, sendo em média próximo dos 30%
- Dois tipos:
  - Objetivo vincadamente orçamental
    - Bens de procura rígida: açúcar, chá, café, tabaco, bacalhau, cereais, petróleo
    - Para o Estado, a tarifa era o imposto mais fácil
  - Objetivos protecionistas
    - Grupos de pressão, interesses sectoriais
    - Comissões Parlamentares do Comércio e das Artes e Manufaturas
    - Lobby pelo comércio: Associação Comercial do Porto
- Balança de Pagamentos
  - As exportações representaram menos de 5% do PIB
  - As importações estavam um pouco acima
  - Remessas de emigrantes têm um papel fundamental do Financiamento

# Regeneração – Estabilidade Política

- 1851 – Golpe Militar
  - Fim do período de guerras civis.
  - Partido Regenerador (progressista)
  - Alternância entre progressistas e conservadores nos anos seguintes
- Reformas Constitucionais (Carta Constitucional de 1926)
  - 1852 – Ato Adicional
    - Sufrágio direto (ainda não universal)
    - Vigorou até 1910
  - 1885 – Senado eleito substitui Câmara Aristocrática
- 1867 – Abolição da Pena de Morte
- Legislação Económica
  - 1861 – Extinção dos Morgados e Capelas
  - 1863 – Lei sobre Sociedades Anónimas
    - Desaparecem antigas autorizações (mero registo)
  - 1867 – Código Civil substitui Ordenações Filipinas
    - Clarificação dos direitos de propriedade e dos direitos civis
    - Direitos iguais para os herdeiros

# Fontismo (1851-86)

## Fontes de Pereira de Melo

- Ministro das Obras Públicas (1852-56)
- Ministro da Fazenda (1851-56)
- Presidente do Concelho de Ministros (1860, 1871-77, 1878-79, 1981-83, 1983-86)

## Deficit virtuoso:

- Carácter reprodutivo das obras públicas
- Insuficiência dos recursos nacionais (públicos e privados)
- Recurso ao endividamento externo

Para Fontes, a organização da fazenda pública não consistia no equilíbrio entre as receitas e as despesas, mas sim na deliberada construção de estradas e caminhos de ferro, no desenvolvimento do comércio e da indústria, e no melhoramento das colónias.

## Investimento em Infraestruturas

- Telégrafo, comboios, estradas
- Criação de empregos, fidelidade de clientelas
- Escolaridade e educação não foram vistas como prioridades políticas

## Intervenção

- Subsídios a companhias privadas
- Quando as companhias faliam eram nacionalizadas
  - Em 1880 metade da infraestrutura rodoviária era detida pelo governo

**Table 1** Railway construction (km/100,000 persons), 1880–1910

Country	1880	1890	1900	1910
UK	84	84	81	79
France	61	87	98	102
Germany	75	87	92	94
Italy	33	45	50	52
Spain	37 <sup>b</sup>	50 <sup>c</sup>	59	56
Portugal	24 <sup>a</sup>	44	47	53

<sup>a</sup>1878; <sup>b</sup>1877; <sup>c</sup>1887

Source Alegria (1990)

## 1852 - Diminuição das tarifas alfandegárias

- Mas a via protecionista não foi abandonada
- Não se desenvolveu uma indústria de exportação

## Problema

- O crescimento não foi o esperado
- Infraestruturas não geraram uma massa crítica de uso que pagasse os investimentos

Nos anos 60 voltaram os problemas com o serviço da dívida

## Crescimento do produto industrial em alguns países da Europa (1831-1913)

[QUADRO N.º 7.6]

	Grã-Bretanha	França	Alemanha	Itália	Espanha	Portugal
1831-1861.....	2,53	2,16	—	—	4,65	2,49*
1861-1890.....	2,41	1,34	3,95	1,62	2,33	2,03
1890-1913.....	2,01	2,45	4,06	2,97	2,01	2,54**
1861-1913.....	2,21	1,83	4,00	2,22	2,19	2,26

Notas: \* 1854-1861; \*\* 1890-1911.

Fontes: Carreras (1990), p. 79, e Lains (1995).

# *Padrão Ouro (1854-1891)*

- 1850 – Monopólio de emissão de notas pelo B. Portugal
- 1854: Portugal adere ao padrão ouro
  - Uma libra=4500 reis
  - Apenas as moedas de ouro Portuguesa e Britânica têm poder liberatório ilimitado
  - Bancos emissores obrigados a converter as suas notas à vista e ao portador
- Casa da Moeda
  - Procede à cunhagem a pedido de qualquer agente económico
  - O governo abdica da emissão monetária
  - Défices orçamentais têm que ser financiados pela emissão de dívida
- Num país com balança comercial desequilibrada, as remessas de emigrantes tiveram um papel fundamental na sustentabilidade do sistema

## 1850-1870 – Sistema Financeiro

Período de forte aumento dos depósitos

O número de bancos aumentou para 52

- Novos bancos emissores
  - Chegaram a existir 7
- Bancos comerciais
- Bancos de poupança (caixas económicas)
- Banco de crédito hipotecário
- Dois bancos do Estado
  - Caixa Geral dos Depósitos (1876)
  - Caixa Económica Portuguesa (1885)  
(nos balcões dos correios, assegura serviços no interior)

# Crise bancária de 1876 - Reforço do B. Portugal

- Corrida aos depósitos
  - Rácio D/M1 nunca mais recupera até à WWI
- Bancos comerciais no Porto e Braga entram em dificuldades e suspendem reembolso de depósitos
  - Pedem auxílio ao Banco de Portugal
- Banco de Portugal aceita atuar como prestamista de última instância e sofre uma corrida aos depósitos
- 1878: Governo decreta a inconvertibilidade temporária das notas do banco de Portugal
- 1887 – Banco de Portugal torna-se único banco emissor
  - Poder liberatório ilimitado às suas notas convertíveis em ouro
  - Moeda/reservas=máximo de 3
  - Banco torna-se banqueiro do tesouro

# Mudanças fiscais

- 1852 – Contribuição predial
  - Substituição dos vários impostos sobre os rendimentos prediais por uma única contribuição predial
  - Juntas de distrito decidiam montantes a pagar (corrupção)
- 1860 - Contribuição Industrial
  - S/ lucros e rendimentos dos profissionais liberais
- Tentativas falhadas
  - 1867: Tentativa de criação de um imposto geral sobre o consumo, reformando a tributação indireta.
    - Bloqueada pelo Motim da Janeirinha
  - 1882: Bloqueada tentativa de criar um imposto único sobre o rendimento
    - Mantiveram-se apenas as tributações dos juros e dos salários dos funcionários públicos
- O Estado manteve-se incapaz de elevar significativamente a carga tributária sobre uma economia estagnada, refugiando-se no endividamento e nos impostos indiretos, em particular aduaneiros, evitando a tributação direta.

Classificação económica das receitas públicas (1812-1914)

[QUADRO N.º 9.1]

Médias	Receitas efectivas		Receitas fiscais	Impostos directos	Impostos indirectos internos (a)	Direitos aduaneiros	Receitas não fiscais
	Valor	Percentagem do PIB					
1812,1817.....	9 279	—	7 815	2 555	1 277	3 983	1 464
1821,1827.....	6 710	—	5 862	1 535	1 431	2 897	848
1833-1839.....	7 258	(b) 3,6	5 797	776	1 577	3 445	1 460
1840-1845.....	8 390	(c) 3,5	7 190	1 265	2 949	2 976	1 200
1851-1859.....	11 139	(d) 3,5	9 692	2 198	3 608	3 886	1 447
1860-1869.....	14 410	3,6	12 910	3 125	4 775	5 011	1 499
1870-1879.....	22 027	4,0	18 871	5 001	7 250	6 620	3 154
1880-1889.....	30 170	4,4	25 975	5 394	10 413	10 168	4 193
1890-1899.....	43 482	4,9	37 438	9 468	14 274	13 696	6 043
1900-1914.....	59 850	(e) 5,5	48 564	12 897	19 778	15 889	11 285
Taxa de crescimento.....	2,3%		2,3%	2,8%	2,8%	1,8%	2,6%

Notas: (a) Inclui os impostos sobre a transmissão de propriedade; (b) 1837-1839; (c) 1840-1844.; (d) 1852-1859; (e) 1900-1913.

Médias dos períodos expressas em contos. Taxas de crescimento reais estimadas de funções de potência.

Fontes: Mata (1993a), Mata e Valério (2001) e Silveira (1987), para as receitas; Valério (2001a), para o PIB e para o deflator.

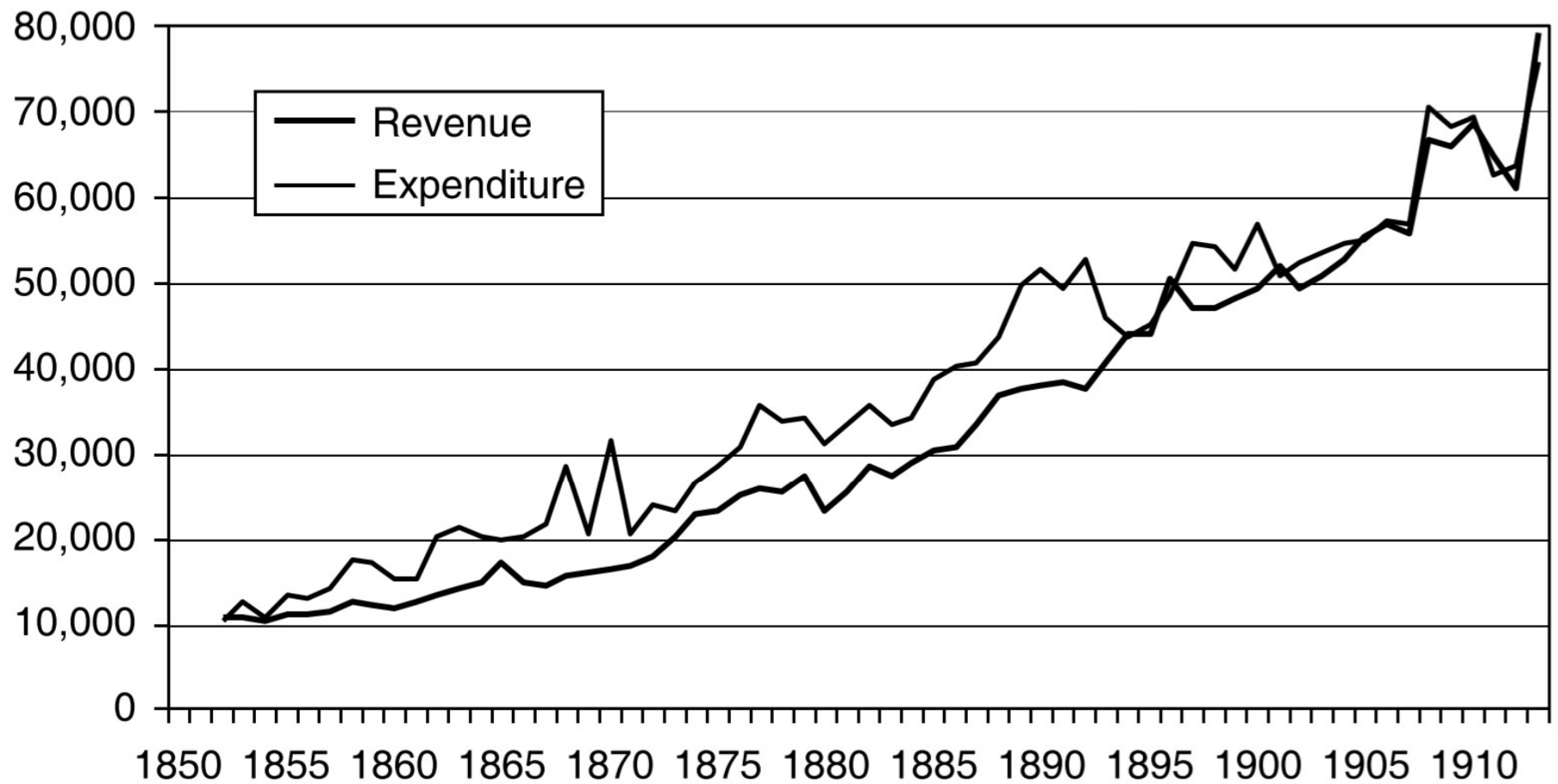
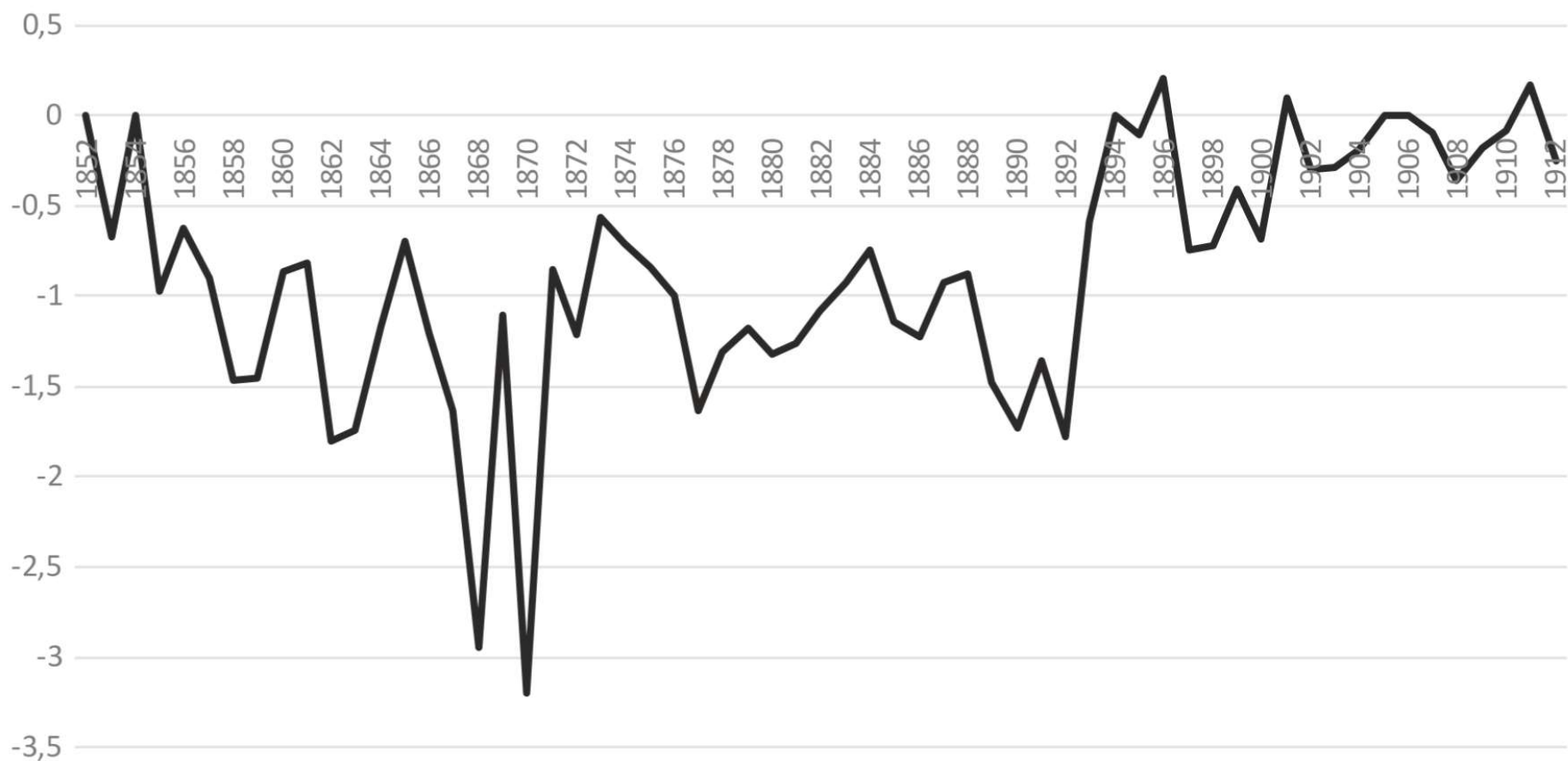


Figure 1. Government revenue and expenditure, 1852–1913 (*contos*).

Source: Mata, *As Finanças Públicas*, p. 175.  
<https://imebrasildefreitas.wordpress.com/home/>



**Fig. 2** Government budget deficit, Portugal, 1852–1912 (% GDP) (Source Mata [2001] and Valério [2001])

# Dívida Pública

## – 1852-1890

- 1852 - Conversão dos empréstimos internos e externos em dívida consolidada
  - Decretou que toda a dívida pública (interna e externa) seria **perpétua**, a juros de 3%
    - Necessário acordo dos credores externos (1855)
    - O serviço da dívida diminuiu 32% (não há amortização)
    - Mas os títulos ficaram cotados abaixo do par (yield de 7%)
- Novos empréstimos
  - em Londres e Paris
    - Crédito fácil: títulos de dívida pública a taxa fixa eram atrativos
    - Prémio de risco moderado, apesar do historial de crise financeira
  - Colocação de dívida junto dos emigrantes do Brasil
- 1865-1871: Instabilidade política (rotação de governos)
- Dívida pública aumentou de 30% do PIB em 1852 para 70% em 1880
- 1886 Mariano Carvalho (progressista)
  - Retira influência à Junta do Crédito Público
  - Coloca homens de confiança no Banco de Portugal

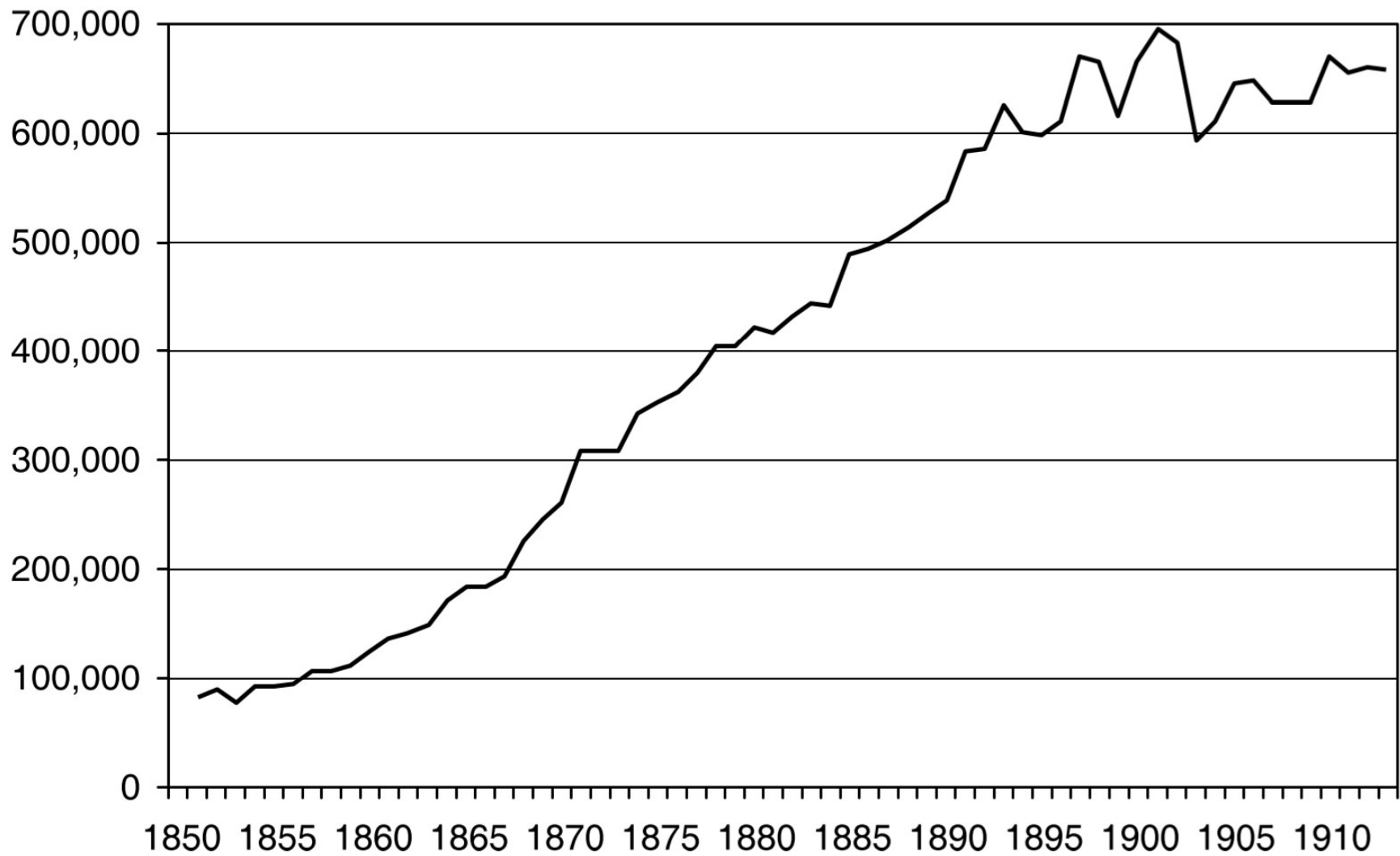


Figure 2. Public debt, 1851–1913 (*contos*).

Source: Mata, *As Finanças Públicas*, <https://mlebrasil.org/pt-br/2018/07/25/financas-publicas/>, p. 255.

Classificação funcional das despesas públicas (1812-1914)

[QUADRO N.º 9.6]

Médias	Despesas efectivas		Encargos com a dívida (percentagem)	Despesas tradicionais não militares (percentagem)	Defesa (percentagem)	Ultramar (percentagem)	Economia (percentagem)	Instrução (percentagem)	Despesas sociais (percentagem)
	Valor	Percentagem do PIB							
1812-1817.....	9 776	—	—	—	77,5	—	—	—	—
1821-1827.....	8 017	—	—	—	68,2	—	—	—	—
1833-1839.....	9 843	3,9	—	—	49,4	—	—	—	—
1840-1845.....	11 901	4,9	—	—	33,1	—	—	—	—
1851-1859.....	13 575	4,3	20,5	34,0	31,4	0,0	9,2	3,7	1,1
1860-1869.....	21 494	5,1	32,7	22,3	20,2	1,4	18,9	3,7	0,8
1870-1879.....	29 619	5,2	45,2	15,4	18,9	1,0	16,2	2,6	0,7
1880-1889.....	39 376	5,5	44,0	16,6	17,8	2,3	16,0	2,4	0,9
1890-1899.....	49 503	5,6	40,2	17,7	18,3	4,9	15,5	2,3	1,0
1900-1914.....	66 075	5,6	38,5	16,9	19,9	4,6	14,1	4,4	1,5
Taxa de crescimento.....	2,1%		2,9	1,6	0,8	5,5	2,2	2,1	2,9

Notas: A composição das despesas no período 1851-1859 foi calculada apenas com base em informação para os anos económicos de 1852-1853 e 1855-1856.

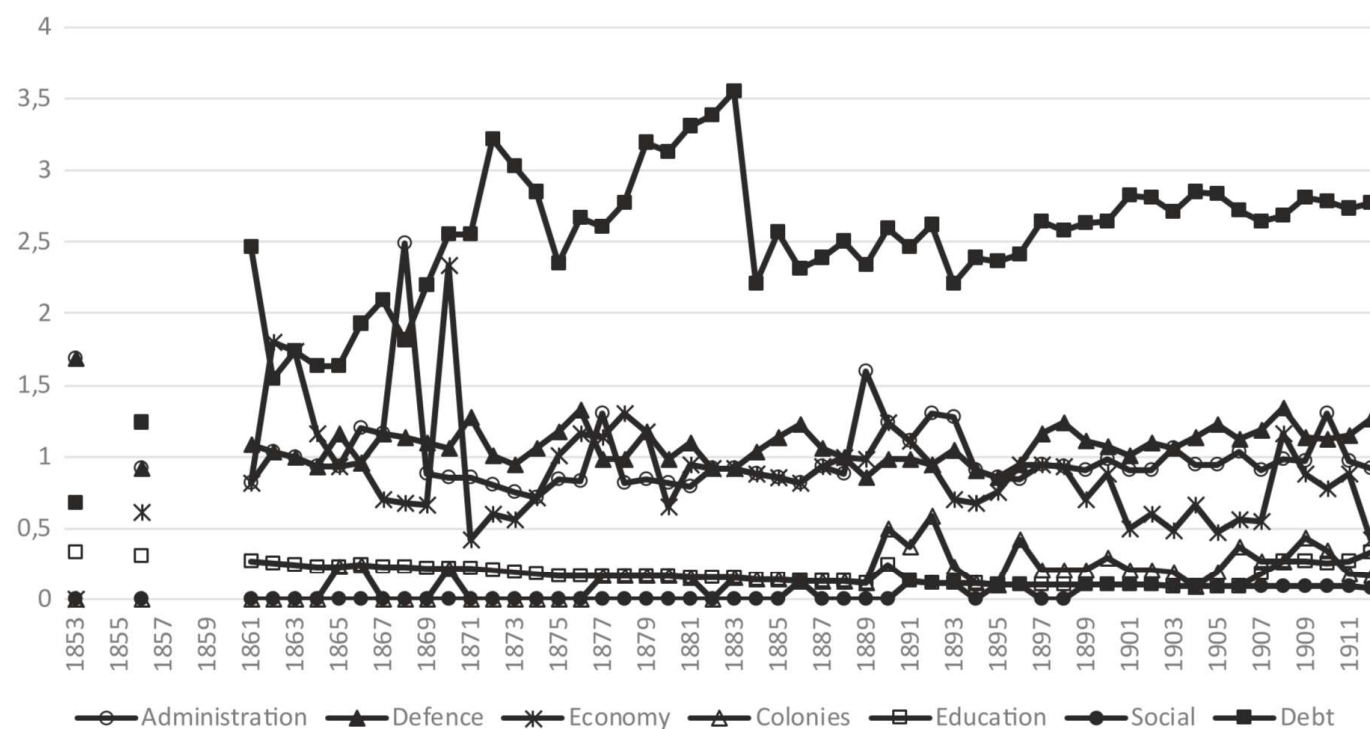
Valor médio das despesas efectivas expresso em contos; taxas de crescimento reais estimadas de funções de potência.

Fontes: Mata (1993a), Mata e Valério (2001) e Silveira (1987), para as despesas; Valério (2001a), para o PIB e para o deflator.

# Estrutura da despesa pública

## Serviço da dívida

- 1853: 15% da despesa
- 1870: 50% da despesa



**Fig. 4** Structure public spending, Portugal 1853–1912 (% GDP) (Source Same as Fig. 2) <https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>

Finanças públicas na Europa (1851-1913)

[QUADRO N.º 9.4]

		Port	Esp	It	Bel	PB	Din	Nor	F	RU
Receitas (percentagem do PIB)	1851-1859.....	3,5	7,8	–	–	8,7	(b) 11,7	–	8,4	9,4
	1860-1869.....	3,6	10,6	(a) 7,9	–	7,8	10,5	(c) 4,0	8,4	7,5
	1870-1879.....	4,0	9,5	10,6	–	8,2	5,8	3,5	9,8	6,3
	1880-1889.....	4,4	8,6	13,3	7,5	10,3	6,5	6,0	13,1	7,0
	1890-1899.....	4,9	8,9	13,7	9,6	11,3	5,9	7,1	11,8	7,3
	1900-1913.....	5,5	9,3	11,8	10,0	9,9	5,4	8,7	10,8	8,2
Deficits (percentagem do PIB)	1851-1859.....	0,8	0,6	–	–	3,8	(b) –0,1	–	2,2	0,7
	1860-1869.....	1,5	2,3	(a) 5,0	–	3,8	0,0	(c) 0,2	1,2	0,1
	1870-1879.....	1,2	1,8	1,4	–	1,9	0,4	1,0	2,4	0,0
	1880-1889.....	1,1	0,5	1,1	0,1	0,5	0,2	0,4	0,0	–0,1
	1890-1899.....	0,7	–0,1	0,5	0,2	0,4	0,5	1,1	–0,1	–0,1
	1900-1913.....	0,1	–0,2	0,8	0,4	0,2	0,5	0,7	0,0	0,3
Serviço (percentagem das receitas)	1880-1889.....	60,1	34,4	38,8	18,2	26,3	14,2	10,9	27,5	32,0
	1890-1899.....	46,6	42,4	39,0	16,1	24,8	11,1	8,0	27,0	22,7
	1900-1913.....	43,3	38,7	29,7	14,7	19,8	10,0	9,5	21,1	14,3

Notas: Receitas públicas e *deficits* expressos em percentagem do PIB; serviço da dívida em percentagem das receitas.

(a) 1862-1869.

(b) 1854-1859.

(c) 1865-1869.

Legenda: Port – Portugal; Esp – Espanha; It – Itália; Bel – Bélgica; PB – Países Baixos; Din – Dinamarca; Nor – Noruega; F – França; RU – Reino Unido.

<https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>

Fontes: Portugal, Mata (1993a) e Valério (2001a); Espanha, Prados de la Escosura (2002) e Carreras (1989). Para os restantes países: Flandreau e Zumer (2002).

## Dívida pública – estrutura (1833-1913)

[QUADRO N.º 9.2]

Médias	1837- -1839	1840- -1844	1852- -1859	1860- -1869	1870- -1879	1880- -1889	1890- -1899	1900- -1913
Deficit/PIB.....	0,4	1,4	0,8	1,5	1,2	1,1	0,7	0,1
Dívida/PIB.....			31	44	63	68	69	60
Encargos/PIB.....			1,1	1,8	2,7	2,6	2,3	2,4
Percentagem de dívida conso- lidada.....			94	94	94	88	68	51
Percentagem de dívida externa			50	48	42	48	51	35
Percentagem de dívida do Ban- co de Portugal.....			4,3	1,6	0,6	0,7	5,2	7,4

**Legenda:** Rácios expressos em percentagem do PIB.

**Fontes:** Mata (1993a), para as contas públicas; Valério (2001a), para o PIB.

## Crédito externo

- Como foi possível aumentar tanto a dívida?
- Participação no Padrão Ouro gerou um sentimento de segurança
  - Câmbio fixo (incentivo ao endividamento)
  - Apenas países ricos estavam no padrão ouro (credencial)
- Existência de um fluxo de remessas de emigrantes significativo
  - 3% do PIB entre 1870 e 1891

# Taxas de juro

## Taxas de juro

- O premio de risco face à Consola britânica mantém-se estável
- Até 1890 o prémio de risco diminuiu em vez de aumentar
- Os mercados não adivinharam a crise financeira

Análise de sustentabilidade Esteves (2005)

(1854-1891)

- $r=3.02\%$  (taxa de juro real)
- $r>g$  (taxa crescimento do PIB)

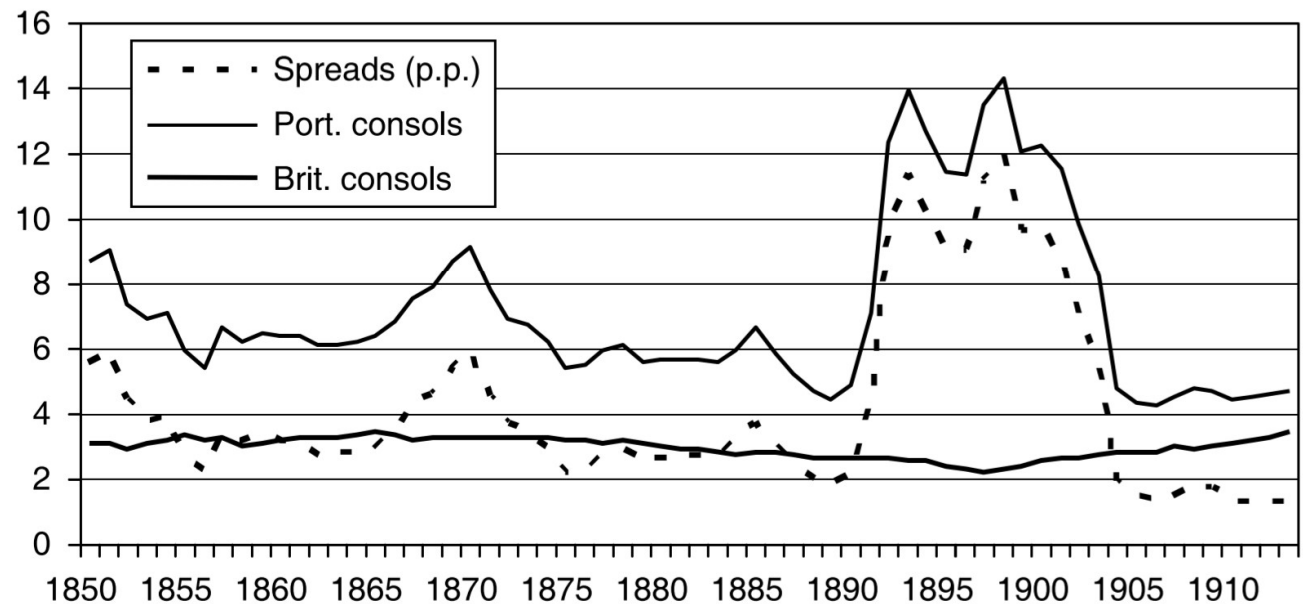


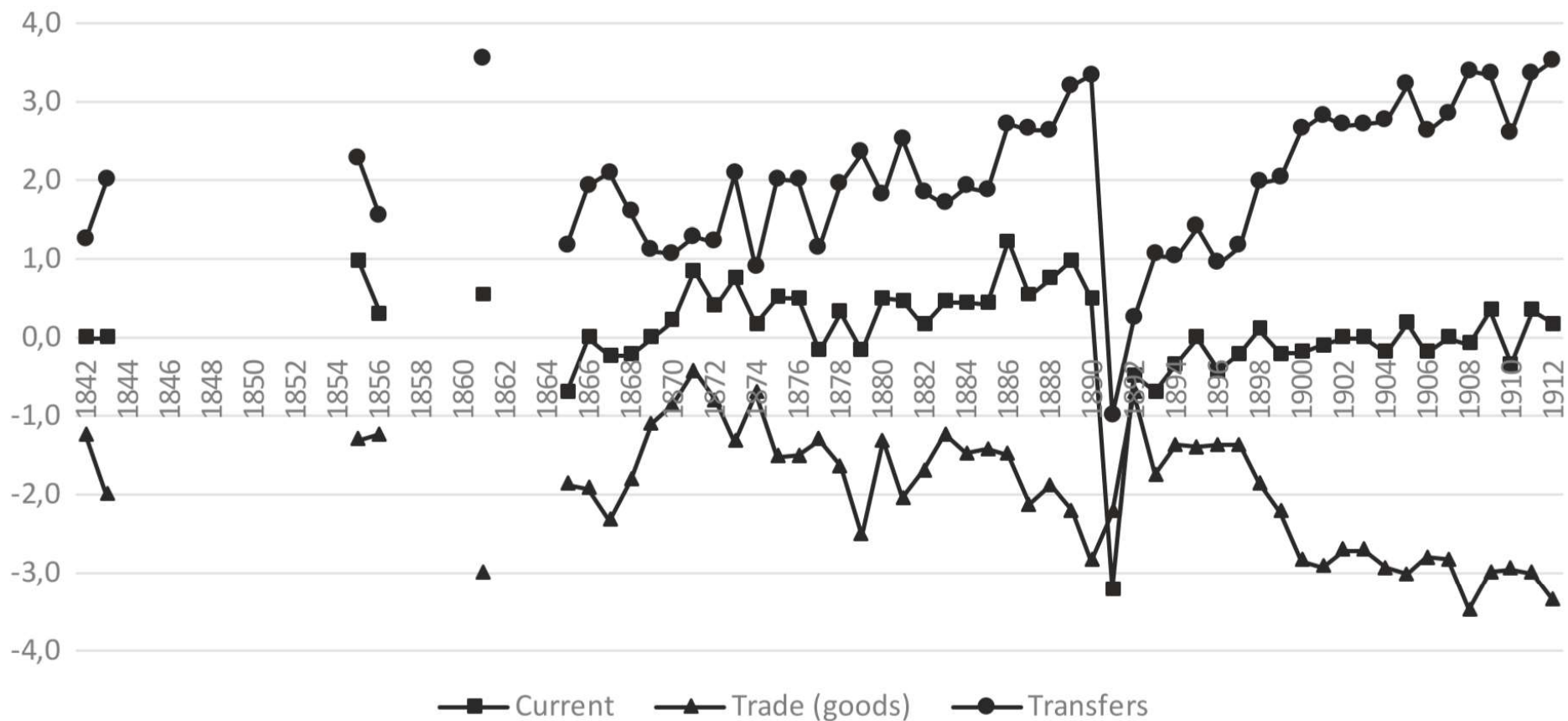
Figure 3. Yields of British and Portuguese consols, 1850–1913 (per cent).

Sources: Global Financial Data Database <<http://www.globalfinancialdata.com/index.php3>> [accessed 2 Feb. 2007]; and M. Flandreau and F. Zumer, *The Making of Global Finance 1880–1913* (Paris, 2004).

<https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>

# 1888-91: Crise na Balança de Pagamentos

- Quebra nas exportações de vinho (filoxera)
- 1889 – Golpe Militar no Brasil
  - Diminuição das remessas de emigrantes do Brasil em 90%
- 1890: Ultimato Inglês
  - Revolta republicana em 1891
- Abril 1890 - Portugal não consegue colocar um empréstimo externo em Paris
- Novembro de 1890: Falência da Baring Brothers
  - Requereu o pagamento de 1 milhão de libras a Portugal
- Detentores de dívida de D- Miguel (de 1832-34) reclamam pagamento
- Fevereiro de 1891: Falha na contratações de empréstimo externo (tabaco)
  - Empréstimo externo colateralizado pelas renda do monopólio do tabaco (4,5 milhões de libras, 45% do valor colocado)



**Fig. 6** Balance of payments, Portugal, 1842–1912 (% GDP) (Source Fontoura and Valério [2001] and Valério [2001])

<https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>

# 1891: Abandono do padrão ouro

- Banco de Portugal paga ao exterior em ouro, mas falta ouro para os restantes pagamentos
- Governo recorre aos empréstimos do B. Portugal em notas convertíveis
- Corrida aos bancos, drenagem de ouro
- O Banco de Portugal não consegue assegurar a convertibilidade da moeda
- Maio de 1891: Governo declara curso forçado e inconvertibilidade das notas do Banco de Portugal
- Julho de 1891: BoP adquire definitivamente com o monopólio de emissão monetária
- Crise bancária (fusões)

# Reservas do Banco de Portugal

- Banco de Portugal a ter cobertura de moeda por ouro em 1/5 apenas
- Escudo papel vale menos (15%) do que o escudo-ouro (entesouramento do metal)

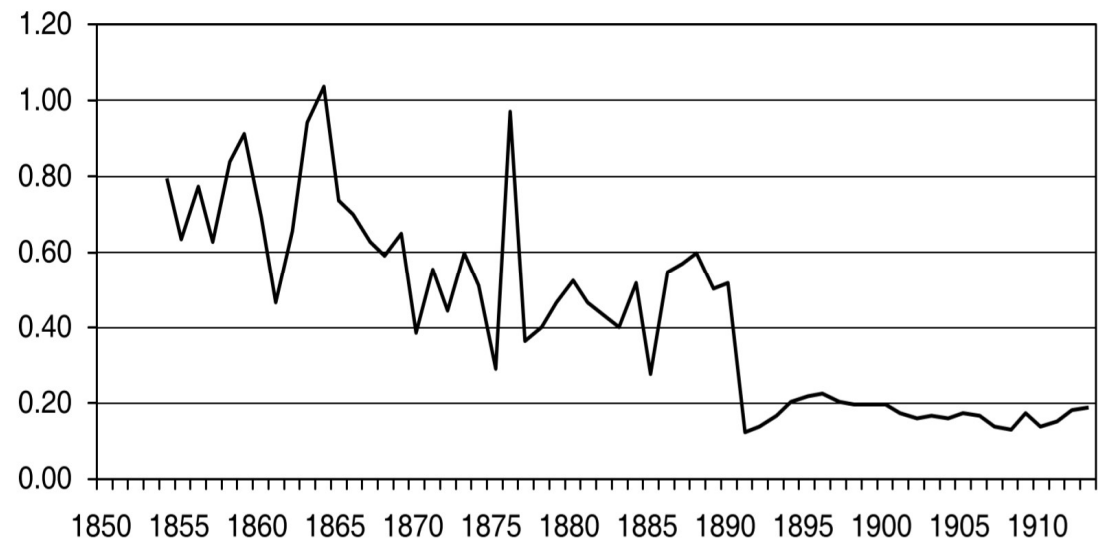


Figure 4. Bank of Portugal gold reserves/circulation, 1854–1913.

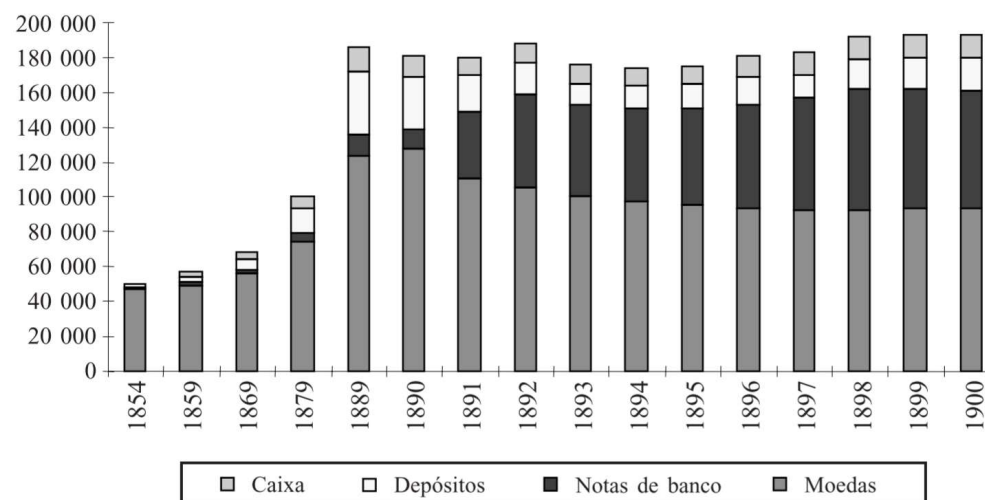
Sources: R. P. Esteves and others, 'Market integration in the golden periphery – the Lisbon/London exchange, 1854–91', *Banco de Portugal Working Paper*, no. 15-05 (2005); J. Reis, 'An art, not a science? Central bank management in Portugal under the gold standard, 1854–91', *Banco de Portugal Working Paper*, no. 6-02 (2002); and M. Flandreau and F. Zumer, *The Making of Global Finance 1880–1913* (Paris, 2004).

# Mudança da estrutura monetária

- Notas/M2
- 1890: 7.6%
- 1895: 37%
- 1912: 49%

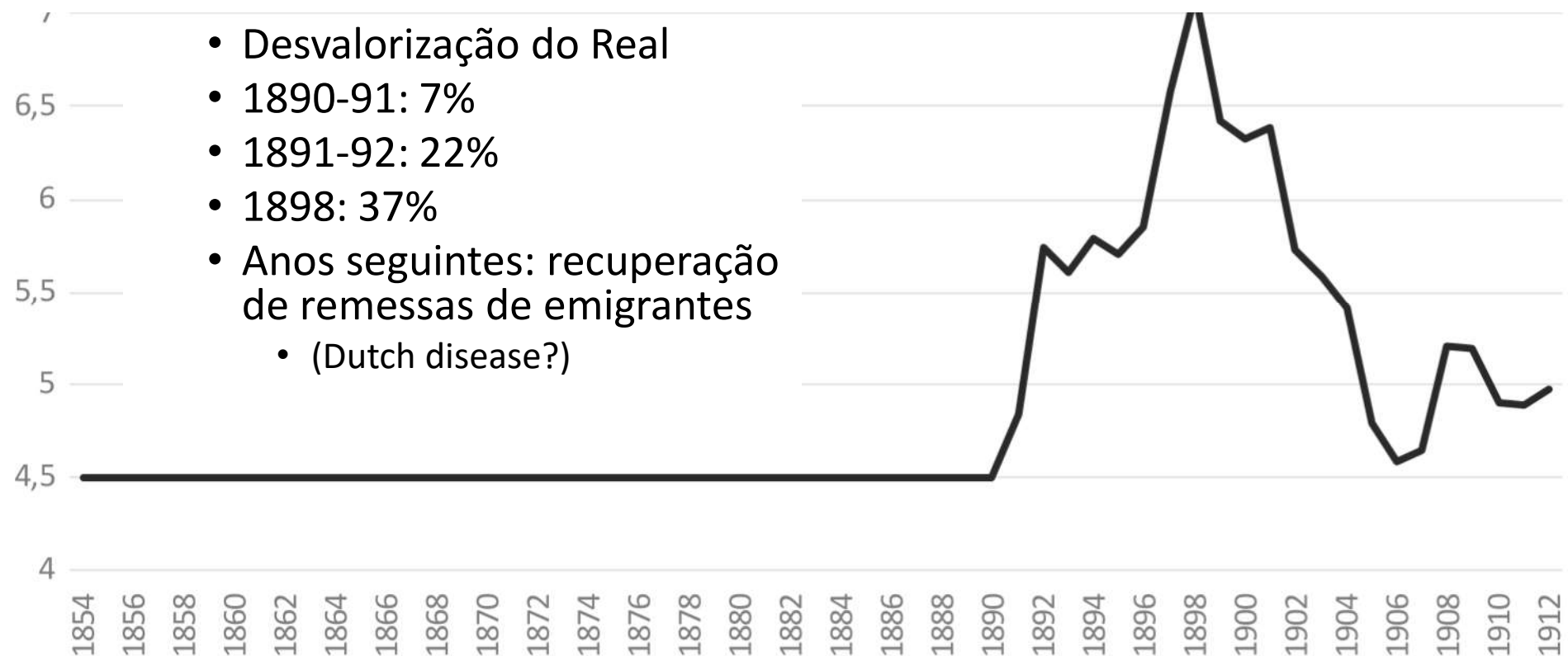
Oferta monetária em Portugal na segunda metade do século XIX  
(em contos de réis)

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: Reis (1992, pp. 30-31).

# 1891 – Câmbio flexível



**Fig. 7** Exchange rate real/sterling, 1854–1910 (Source Mata and Valério [1996])

<https://mlebredefreitas.wordpress.com/home/>

# 1891-92 – Crise de dívida

- 1892: Dívida Interna
  - Aumento do imposto sobre os juros da dívida interna, de 3% para 30%
  - Amortização de dívida interna com notas não convertíveis
- Dívida externa
  - 1892 Redução unilateral dos juros da dívida externa em 2/3
  - 1892 Pagamentos da dívida externa suspensos
- 1892-93: Forte ajustamento orçamental (Oliveira Martins)
  - Cortes no investimento público em infraestruturas e transportes
  - Défice mais baixo do século
  - Superavits orçamentais durante 7 anos
- 1892-1902 – Portugal fora do mercado de crédito internacional
  - Banco de Portugal financia mais de metade de dívida pública.
- 1902: Acordo com credores internacionais
  - Redução de 38% do capita em dívida
  - Conversão num novo empréstimo a 99 anos, com juro de 3%

# Política Comercial

- 1892 – Nova pauta aduaneira
  - Agravamento de tarifas
    - Elevada proteção efetiva
  - Portugal é um dos países mais protegidos da Europa Ocidental
    - Tarifas/importações entre 25% e 35% do PIB
  - Peso do comércio internacional no PIB
    - 1851: 2.5%
    - 1912: 4%
  - Portugal não participou na primeira fase da globalização
  - Reserva colonial
    - Exportações para Africa
      - 1890: 3.3% do PIB
      - 1895: 17.1% (têxteis e vinho)
      - 1899: Preferência imperial

**Table 2** Structure of employment, various European economies, c. 1870–c. 1913 (% total employment)

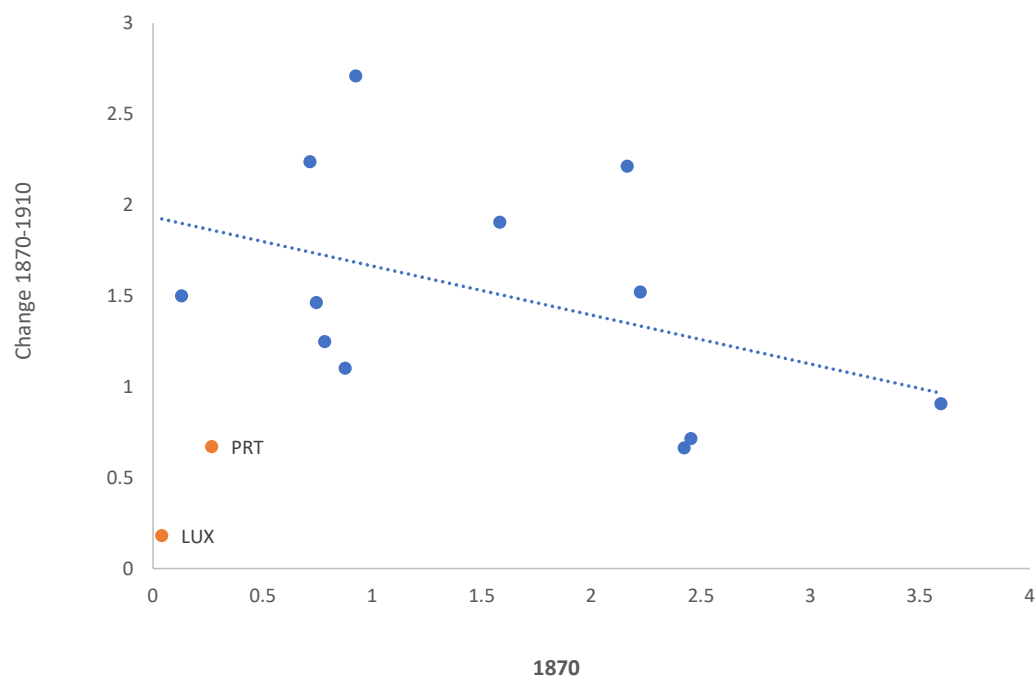
	Agriculture		Industry		Services	
	c. 1870	c. 1913	c. 1870	c. 1913	c. 1870	c. 1913
Belgium	44.4	20.9	35.0	39.5	33.3	39.6
Denmark	47.8	23.2	37.8	45.5	17.8	31.3
Finland	75.5	69.3	10.1	10.6	30.3	34.2
Netherlands	39.4	28.3	22.4	32.8	38.2	38.9
Norway	49.6	39.6	22.9	25.9	27.5	34.5
Sweden	67.4	45.0	17.4	31.8	15.2	23.2
UK	22.2	11.8	42.4	44.1	35.4	44.1
France	49.8	41.0	28.0	33.1	22.2	25.9
Greece		49.6		16.2		34.2
Italy	61.0	55.4	23.3	26.6	15.7	18.0
Spain	66.3	56.3	18.2	13.8	15.5	29.9
Portugal	69.0	59.0	13.2	19.3	17.8	21.7

Source Broadberry et al. (2010), except Portugal (see Fig. 7)

# Educação

- Reis (1993)
  - No Sul católico a educação evoluiu mais devagar do que no Norte protestante
    - Prática de leitura da bíblia no Norte favoreceu a literacia
  - Elevado grau de centralização política
    - Governos não tiveram que usar a educação como instrumento de unificação nacional (Espanha, Itália)

**Table 4** Average years of schooling for population aged 15–64



Country	1870	1910
Austria	2.163	4.377
Belgium	2.423	3.088
Denmark	2.453	3.169
Finland	0.130	1.630
France	0.715	2.954
Germany	2.223	3.744
Greece	0.783	2.032
Ireland	0.745	2.208
Italy	0.876	1.978
Luxembourg	0.039	0.221
Spain	1.581	3.487
Sweden	3.595	4.502
UK	0.924	3.635
Portugal	0.267	0.938

Source Lee and Lee (2016)